

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0010970-88.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal (Crime Culposos)**
 Documento de Origem: **TC, BO - 110/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1075/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **SAMUEL SERGIO DE SOUZA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello****VISTOS**

SAMUEL SÉRGIO DE SOUZA (R. G. 45.940.516-0), qualificado nos autos, foi denunciado como incurso as penas do artigo 129, § 2º, inciso IV, do Código Penal, porque no dia 15 de maio de 2015, por volta das 08h25, na Avenida Bruno Ruggiero Filho, esquina com a Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza, bairro de Santa Felícia, nesta cidade, agindo com dolo eventual, ofendeu a integridade corporal da vítima **Inis Ana Vicentim Chaves**, ao atropelá-la com a sua motocicleta, logo após empiná-la na via pública, causando-lhe as lesões corporais de natureza grave, consistente na deformidade estética permanente em suja face, além de tê-la exposto a perigo de vida, conforme laudo pericial carrada as fls. 18, laudo complementar acostado a fls. 65/66 e fotografias as fls. 14/15.

Recebida a denúncia (fls. 75), o réu foi citado (fls. 104) e respondeu a acusação através de Defensor Público (fls. 108/109). Sem motivos para a absolvição sumária, na instrução foram ouvidas a vítima e


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

duas testemunhas de acusação (fls. 134/136) e o réu interrogado (fls. 137/138). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela condenação nos termos da denúncia e a defesa pugnou pela absolvição sustentando ausência de dolo na conduta do réu e, subsidiariamente, pediu a desclassificação para o delito culposo (fls. 139/140).

Proferida a sentença, quando a imputação feita ao réu de crime de lesões corporais de natureza grave foi desclassificada para o delito de lesões corporais culposas do Código de Trânsito Brasileiro (artigo 303 da Lei 9.503/95) e declarada extinta a punibilidade do réu em razão de transação civil celebrada pelas partes (fls. 149/156), houve recurso do Ministério Público que foi acolhido para afastar a natureza culposa do crime e determinar novo julgamento “sob a perspectiva do dolo eventual” (fls. 214/221).

Com este novo relatório, **DECIDO**.

Relembrando novamente os fatos, trata-se de um atropelamento em via pública. O réu, conduzindo uma motocicleta pela Avenida Bruno Ruggiero Filho, quando da passagem pelo cruzamento desta via com a Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza, dotado de sinal semafórico, que estava aberto para o seu sentido de trânsito, atropelou a vítima, uma idosa de 79 anos de idade que, vindo por esta rua, foi atravessar a avenida.

O réu está sendo responsabilizado pelo ocorrido porque, instantes antes, quando adentrou ao cruzamento, realizou manobra de empinar a roda dianteira da motocicleta, vindo, na sequência, atingir a vítima.

O atropelamento foi gravado por uma câmara e exibido em telejornal da EPTV, cuja gravação está na mídia de fls. 16. As imagens revelam a realidade do ocorrido, sendo possível observar o movimento dos veículos naquele instante, confirmando que o sinal estava aberto para o fluxo da via por onde seguia o réu, o ingresso da vítima no leito carroçável e a aproximação da motocicleta, visualizando ainda a manobra feita pelo acusado, na qual se assenta a denúncia para incriminá-lo.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O réu admite que ao entrar no cruzamento “empinou” a moto, erguendo a roda dianteira do solo, por exibicionismo, como reconheceu em seu interrogatório judicial (fls. 138).

Os fatos estão demonstrados e comprovados, sendo indúvidas a autoria e a materialidade.

O entendimento pessoal deste magistrado, contido na decisão de fls. 149/156, foi afastado com o acolhimento do recurso do Ministério Público e reconhecimento do comportamento doloso do réu.

Diante desse resultado, o elemento subjetivo do crime já está definido na decisão do colegiado de segundo grau (fls. 214/221), de forma que nada mais é possível extrair do contexto probatório visando à modificação deste julgado, porquanto sobre os fatos apresentados já ocorreu um juízo de valor em instância superior.

A não ser a tese da ausência de dolo, que foi afastada, nenhuma outra foi arguida em favor do réu, resultando, por conseguinte, na procedência da acusação.

No que respeita à gravidade da lesão, tal situação está demonstrada no laudo de fls. 18 e fotos de fls. 14/15 e 67/68, onde ficou comprovado o dano estético na face da vítima, provado pelas lesões recebidas, que resultou em deformidade permanente.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO PENAL** e passo a fixar pena ao réu pelo delito cometido. Examinando todas as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, sem destaque especial e observando que se trata de réu primário e de bons antecedentes, que buscou a reparação através de acordo indenizatório, delibero estabelecer a pena no seu grau mínimo, ou seja, em dois anos de reclusão. Sem alteração na segunda fase porque mesmo que admitida a atenuante da confissão espontânea, a pena não poderá ir além do mínimo já



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

estabelecido (Súmula 231 do STJ). Torno, pois, definitiva, a pena estabelecida.

Tratando-se de crime praticado com violência à pessoa, não é possível a aplicação de pena substitutiva, nos termos do artigo 44 do Código Penal. Possível, entretanto, a suspensão condicional da pena, conforme dispõe o artigo 77 do Código Penal.

Condeno, pois, **SAMUEL SÉRGIO DE SOUZA**, à **pena de dois (2) anos de reclusão, por ter infringido o artigo 129, § 2º, incisos IV, do Código Penal.**

Presentes os requisitos legais, concedo-lhe o “sursis”, por dois anos, com a obrigação de prestar serviços à comunidade no primeiro ano, por um período de seis meses, com jornada de trinta horas por mês (art. 78, § 1º, do CP). A admonitória será realizada oportunamente, na fase de execução.

Em caso de cumprimento da pena, o regime será o **aberto**.

P. I. C.

São Carlos, 17 de agosto de 2018.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**